



CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR – UNIRENTOR - AFYA
SERVIÇO SOCIAL

ELISÂNGELA MARQUES DA COSTA

SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA
APAE TRÊS RIOS

Itaperuna

2022

ELISÂNGELA MARQUES DA COSTA

**SERVIÇO SOCIAL E O ATENDIMENTO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA
APAE TRÊS RIOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social ao Centro
Universitário Redentor.

Orientador: Prof.^a Jaqueline de Melo Barros.

Itaperuna

2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: ELISÂNGELA MARQUES DA COSTA

TÍTULO: Serviço Social e os Atendimentos as Pessoas com Deficiência na APAE Três Rios.

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso.

Objetivo: Título de Bacharel em Serviço Social.

Instituição: Centro Universitário Redentor.

Área de Concentração:

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Jaqueline de Mello Barros

Orientadora

UniRedentor

Prof.^a Leticia Lucia Silva Santos

UniRedentor

Prof.^o Ricardo William Guimarães Machado

UniRedentor

AGRADECIMENTOS

É com muita emoção que venho aqui expressar toda a minha gratidão, por ter chegado até aqui, não foi fácil noites de choro, pensamentos em desistir, dificuldades, desânimo e eu não teria conseguido se não fosse Deus e aqueles que participaram de todo esse processo.

Primeiramente sou grata a Deus pelo seu cuidado em todos esses anos, pois sei que em tudo o senhor estava ali, me fortalecendo, renovando as minhas forças a cada dia, me dando condições e realizando esse sonho em minha vida.

Em especial aos meus pais pela educação que tive, amor, por mostrar que eu era capaz, sempre me apoiando. Minha mãe que sempre fez de tudo para me ajudar nos momentos de crise de ansiedade, choro, que financeiramente sempre procurava fazer o que podia, que dizia filha você não vai desistir Deus é contigo. Amo vocês!

Agradeço ao meu noivo que sempre esteve ao meu lado, me apoiando, incentivando, entendendo que as vezes não podia dar atenção porque a prioridade no momento era os estudos, por orar pela minha vida, puxar a minha orelha e mostra que eu era capaz de conseguir vencer os obstáculos.

Obrigada a minha família por tudo apoio e incentivo, obrigada pelas orações. A tia Ana Marta e prima Josiane por desde sempre acreditarem no meu potencial e falar Lisa você vai fazer sim não importa as circunstâncias nós estamos com você.

Aos meus amigos agradeço de coração, a minha amiga irmã Lorraine por toda cumplicidade nesses quadros anos. Os meus presentes da faculdade Tatiana e Juliana que foram minha calmaria nos momentos de apresentar trabalho que eu ficava muito nervosa e vocês estavam ali me dando força, pelos sorrisos, carinho e abraços.

Grata aos meus professores do primeiro período ao último, por todo conhecimento compartilhado, ensinamentos, dedicação em sala de aula, pelas palavras motivacionais, sem eles eu não teria a possibilidade de chegar até aqui. Não posso me esquecer da minha professora e orientadora Jaqueline Barros por

toda ajuda, conselhos, sugestões, paciência, por me acalmar quando eu estava desesperada e mostrar a solução. Eternamente grata.

Enfim não poderia deixar de mencionar e agradecer a minha supervisora que também é minha xará Elisângela pela troca de experiência, conhecimento, amizade e a instituição APAE um lugar incrível que me acolheu com carinho me ensinou muitas coisas como aluna de Serviço Social e pessoa.

Finalizo com esse versículo: " EBENÉZER! - Até aqui nos ajudou o Senhor!" I Samuel 7.12

RESUMO

O tema apresenta é desenvolvido sobre o Serviço Social e o atendimento as pessoas com deficiência na APAE que está situada no município de Três Rios. O texto é estruturado em dois capítulos, o primeiro contando o início do Serviço Social no Brasil, os conceitos ofensivos que eram usados para identificar a pessoa com deficiência e as leis que ao longo do tempo foram criadas para que os direitos da PcD fossem garantidos. O segundo capítulo fala sobre a história da APAE no Brasil e o seu surgimento no município como já mencionado acima e a relevância do trabalho do assistente social dentro da instituição. A metodologia utilizada para melhor obter seus resultados foi utilizado pesquisas bibliográficas, coleta de dados e o Projeto Juventude Especial que é um documento que descreve a rotina da APAE e como é a sua estrutura. O principal assunto a ser tratado na monografia será a relevância do trabalho do assistente social dentro da APAE e como ela contribui para o atendimento ao assistido e sua família.

Palavras- chave: Serviço Social, Pessoa com Deficiências, Direitos.

ABSTRACT

The theme presents is developed on Social Service and care for people with disabilities in APAE which is located in the municipality of Três Rios. The text is structured in two chapters, the first telling the beginning of Social Work in Brazil, the offensive concepts that were used to identify the person with a disability and the laws that over time were created so that the rights of PcD were guaranteed. The second chapter talks about the history of APAE in Brazil and its emergence in the municipality as mentioned above and the relevance of the work of the social worker within the institution. The methodology used to better obtain its results was used bibliographic research, data collection and the Special Youth Project, which is a document that describes the routine of APAE and its structure. The main subject to be addressed in the monograph will be the relevance of the work of the social worker within the APAE and how it contributes to the care of the assisted person and his family.

Keywords: Social Work, Person with Disabilities, Rights.

SUMÁRIO

RESUMO:	6
ABSTRACT:	7
INTRODUÇÃO:	10
1.1 Objetivos:	11
1.2 Metodologia:	11
1.3 Justificativa:	11
1.4 Hipóteses:	12
1.5 Problemáticas:	12
2 - A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	13
2.1 O início da profissão seus avanços e conquistas.....	13
2.2 O diversos conceitos da pessoa com deficiência no Brasil e a busca por uma definição menos ofensiva.....	19
2.3 Quais leis que garantem o direito da pessoa com deficiência.....	23
3 - A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS: A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL	28
3.1 O surgimento da APAE no Brasil e sua criação no município de Três Rios- RJ.	28
3.2 A importância do assistente social na instituição e o trabalho que é realizado.	34
CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXO I	43

Lista de Siglas

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FENAPAES- Federação Nacional das APAES

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

NOB- Norma Operacional Básica

PCD- Pessoa com Deficiência

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNEE- Política Nacional de Educação Especial

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

1. INTRODUÇÃO

A monografia aqui apresentada, traz a relevância do trabalho do assistente social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no município de Três Rios- RJ. Mostrando a histórico da profissão de Serviço Social no Brasil que na década 30 chega com caráter conservador sofrendo influência da igreja católica e seu processo até os dias de hoje.

Por conseguinte, refletimos sobre o contexto histórico da pessoa com deficiência no país. O que faz se necessário explicar que a pessoa com deficiência sempre enfrentou barreiras na sociedade: com preconceito, discriminação, exclusão social. Em muitos países quando nascia uma criança com algum tipo de deficiência ele era morto, por acreditarem que não eram dignos de viver ou não serviriam para nada. No entanto, sendo um processo de luta por direito que que ao longo do tempo foi conquistado, porém ainda a muito a ser feito pela pessoa com deficiência. Como a inclusão deste nas escolas, mercado de trabalho, universidades, boas acessibilidades nos locais, e outros.

Na instituição APAE o profissional de Serviço Social será fundamental para viabilizar os direitos, orientar as famílias e através de programas e projetos promover a inclusão e buscar a qualidade de vida dos usuários.

1.1 OBJETIVOS

Geral:

Debater a relevância do trabalho do assistente social na APAE para contribuir no atendimento ao usuário e sua família.

Específico:

- 1- Descrever como é o processo de trabalho e atendimento dos usuários na APAE no município de Três Rios.
- 2- Evidenciar a importância do profissional de Serviço Social e qual sua contribuição para a realização no trabalho com a pessoa com deficiência.
- 3- Explicar como funciona a APAE no seu dia-a-dia e quais atendimentos e projetos são realizados na instituição.

1.2 METODOLOGIA

Para obtermos os resultados pertinente ao Serviço Social e o atendimento a pessoa com deficiência, realizaremos uma pesquisa bibliográfica qualitativa, revisão de literatura, coleta de dados pela internet. Seguindo, não só através dessas pesquisas as informações também irão advir de uma experiência de estágio na instituição no ano de 2021 e 2022. Dessa forma, a presente monografia será desenvolvida sobre a profissão do Serviço Social, a história da pessoa com deficiência no Brasil, o surgimento da APAE Três Rios e a importância do assistente social nesse espaço

1.3 JUSTIFICATIVA

Considerando a escolha por meio de uma experiência de meses estagiando na APAE no município de Três Rios, assim despertando um maior interesse sobre o trabalho do assistente social e o atendimento da pessoa com deficiência. Contudo, foi observado a importância do Serviço Social na instituição com seus atendimentos,

planejamento, intervenções, o uso de sua autonomia e as competências da profissão assim mencionadas no Código de Ética.

No entanto, é esperando que essa monografia traga um maior conhecimento sobre como funciona a APAE e o que é a profissão do Serviço Social e sua importância na instituição. Pois, mesmo com os avanços da profissão muitas pessoas ainda não conhecem suas funções e contribuições para a sociedade.

1.4 HIPÓTESE

De acordo com o contexto histórico da pessoa com deficiência no Brasil. Com preconceito e a exclusão social, observamos que com a Constituição de 1988 e a criação da Lei Nacional n 13.146, entendemos que a pessoa com deficiência tem direito a igualdade no mercado de trabalho, educação, cidadania, entre outros direitos. Esses direitos, no entanto, devem ser garantidos assim como descritos nas leis, acontecendo na prática a inclusão social.

1.5 PROBLEMÁTICA

Quais desafios o profissional enfrenta no cotidiano dentro da instituição e como essas demandas são resolvidas?

CAPÍTULO 1

2.A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

2.1 O início da profissão seus avanços e conquistas.

Segundo Iamamoto (2006), historicamente nas décadas de 1920 e 1930 que a questão social fica em evidência na sociedade por efeito do capitalismo que passou a generalizar o trabalho livre, que conseqüentemente cria uma separação entre burguesia e proletariado (divisão de classes). Desse modo, se forma um mercado de trabalho com as características capitalista. O capital preocupado com seus interesses antagônicos, o trabalhador vende sua força de trabalho tornando-a em mercadoria em troca de seu salário, tendo vários senhores do capital como patrão.

No entanto, com o afloramento da exploração da classe trabalhadora, desperta como uma preocupação para sociedade burguesa, para que seus "valores sagrados" não venham ser afetados, daí a burguesia tem a ideia de fazer um controle social.

Segundo Iamamoto (2006, p.126):

As leis sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômica-social, marcam o deslocamento da "questão social" de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade. Ao mesmo tempo, a "questão social" deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias a sua superação.

Nesse momento é implantado o Serviço Social através da Igreja e o Estado, porém ela chega como uma profissão delimitada que defendia os interesses do capital. A população vivia em condições precárias, casa insalubre, falta de água, luz, não havia tratamento de esgoto. As condições de trabalho eram ruins, com o

rebaixamento salarial, a classe trabalhadora fica pressionada, aumentando o exército industrial de reserva ocasionado o pauperismo. Com os baixos salários não há outra alternativa senão inserir no mercado de trabalho mulheres e crianças.

[...] Mulheres e crianças estarão sujeitos a mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores. O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. [...] (IAMAMOTO, 2006, p. 129).

Como forma de defesa os trabalhadores se organizam para lutar contra péssimas condições de trabalho, buscando a participação social e os direitos trabalhistas; por conseguinte, levando à um efeito significativo em seu processo. Na primeira década a assistência aparece menos e a Liga dos operários se destaca, mesmo assim a luta continua, as reivindicações tinham como objetivo a busca pelos direitos trabalhistas. Com as grandes manifestações a sociedade burguesa se senti ameaçada, passa a tratar com repressão usando como caso de polícia; e anos depois leis são aprovadas para proteção dos trabalhadores.

Após esses grandes movimentos e o pós guerra o Serviço Social leva mais de duas décadas para se legitimar e se reconhecida na divisão social do trabalho. O Serviço Social passa a ser especializado em Ação Social, ainda vinculado a igreja católica sofrendo influências e com um caráter conservador.

Em 1936 é criada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, o Estado contrata os assistente sociais e profissionaliza, regulamentando e institucionalizando a profissão. O Estado contrata o profissional por estar lidando diretamente com as expressões da questão social, porém o que era imposto para a atuação profissional era o contrário da realidade, pois se culpabilizava o indivíduo, porque o colocava como culpado por estar vivendo em péssimas condições (IAMAMOTO, 2006).

Em meados das décadas de 40 e 50 a profissão vai sofrer influência norte-americana com pensamento positivista. Anos depois o Serviço Social passa por um momento de debate sobre a ética na profissão, onde há uma busca em romper com o

tradicionalismo e neutralidade. No entanto, a profissão vai amadurecer teoricamente, passando assim a se desenvolver e as perspectivas teórica- metodológicas se ajustando ao longo das transformações societárias.

Anos depois, entre a década de 60 e 70 foi um momento importante que buscou unir a pesquisa e o Serviço Social, dando sequência aconteceu o Movimento de Conceituação. Movimento que marcou o Serviço Social, passando a ter um pensamento crítico, debater e tentar renovar práticas e perspectivas teóricas. Vale frisar que esse movimento não foi um processo unicamente do país, mas ocorrendo no continente latino-americano. Lembrando que cada país tinha suas particularidades não sendo homogêneo, pois sua base era de aconteceu de acordo com seu contexto histórico. (JANUÁRIO; OLIVEIRA, 2018, p.3)

Em 1960 muitas mudanças aconteceram, como resultado favoráveis ao cenário mundial do "trinta anos gloriosos" do capitalismo e das crises em seu desenvolvimento.

Essas mudanças repercutiram sobre a América Latina, que sob as pressões mundiais, sofria com os determinantes de uma relação de dependência com os países centrais e com as amarras imperialistas. É em meio a esse momento de confrontos, de movimentação americana em busca da garantia de hegemonia no continente e das mobilizações populares, que muitos dos países latino-americanos são assolados por estratégias repressivas e pela instauração de golpes de Estado que ocasionaram mudanças nas relações sociais e reverberaram sobre muitos campos profissionais, dentre eles, o Serviço Social (JANUÁRIO; OLIVEIRA, 2018, p.3).

Todas essas transformações exigiram para o Serviço Social a necessidade de sair do tradicionalismo e buscar o posicionamento da profissão, no Brasil o Movimento de Reconceituação ocorreu através das crises econômicas que ganharam espaço.

A década de 1960 trouxe, assim, novas requisições profissionais que vão requisitar a implementação de respostas profissionais cada vez mais elaboradas e culminar numa preocupação com a teorização da profissão. É importante registrar que esse processo não foi um processo homogêneo no Serviço Social e que dois grandes destaques nesse período da Ditadura, além do seu caráter coercitivo e repressor, dizem respeito aos aspectos envolvidos na política econômica e educacional do país (JANUÁRIO; OLIVEIRA, 2018, p.7).

Com a reforma e reestruturação do Estado no país e suas modificações, garantiu pontos favoráveis para a profissão, aumentando os programas sociais, inserção da profissão em centro universitário, desenvolvimento de comunidade, estudo de caso e grupo.

O movimento também trouxe 3 vertentes importantes sendo elas: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. A perspectiva modernizadora tem pensamento neopositivista, buscando modernizar a profissão para as novas demandas impostas a profissão, Seminário Araxá em 1967 e Seminário de Teresópolis em 1970. Movimento de Reconceituação aconteceu em 1980 com pensamento marxista e a intenção de ruptura com objetivo de romper com o conservadorismo.

Em 1970 é criado o projeto de formação profissional Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); é um projeto que tinha por objetivo revisar o documento curricular para as novas demandas impostas, também nesse período é criado o primeiro curso de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil na PUC- SP e o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) mais conhecido como congresso da virada em 79.

Em 1986 depois de um processo é criado o código de ética profissional. O Serviço Social é inserido na sociedade com seu amadurecimento, porém com as mudanças na sociedade brasileira, foi pedido uma explicação mais clara sobre o código de ética, descrevendo os principais princípios éticos para usá-lo de uma melhor forma na prática do exercício profissional (OLIVEIRA, 2012, p.35).

De acordo com as palavras de Oliveira (2012, p.37):

O Código de Ética se ocupa tanto da qualidade dos serviços prestados, como da defesa da categoria, numa relação dialética. O atual Código, dando continuidade conceitual ao anterior, trata dos direitos, dos deveres e do que é vedado, nas várias esferas de atuação profissional do assistente social. O Serviço Social, então, coloca-se na década de 1990, como profissão reconhecida academicamente e legitimada na sociedade. Essa dinâmica materializou-se em conquistas teóricas e práticas que se revelaram no universo profissional progressivamente. Os pressupostos do atual Código de Ética confirmam, portanto, o compromisso com as lutas sociais do país.

Destarte, o assistente social precisa ter uma visão ampla e conhecer a realidade, as limitações, fazer estudo social, conhecer o ambiente familiar, assim criar as estratégias e buscar respostas. Desse modo, é fundamental que haja todo um relatório social do indivíduo para que seja o "ponta pé" inicial para buscar resolvê-los para que os atendimentos sejam iniciados. Além disso, o assistente social tem como base o código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996:

O assistente social, através de dispositivos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos tem as ferramentas necessárias para a construção, proposição e articulação das diferentes demandas que são apresentadas pelos usuários. Nessa perspectiva, ampliam-se também os espaços sócio-ocupacionais de atuação. [...] O Serviço Social situa-se no campo dos direitos e proteção social, visando à humanização da assistência, defesa dos interesses coletivos e a busca da cidadania. O Código de Ética da profissão apresenta instrumentos imprescindíveis para o trabalho dos assistentes sociais na área da saúde em todas as suas dimensões: na prestação de serviços diretos à população, no planejamento, na assessoria, na gestão e na mobilização e participação social (OLIVEIRA, 2012, p.38).

Dentre tanto, o assistente social deve assegurar os direitos, ter autonomia em suas atribuições e competências de acordo com o código de ética da profissão, para que saiba qual são suas funções e como atuar no seu espaço de trabalho de acordo com cada demanda.

No processo histórico a profissão foi se profissionalizando e mostrando suas atribuições, ganhando novos espaços de atuação, sendo hoje uma profissão regulamentada e que busca a garantia dos direitos e a igualdade social. Dentre as suas conquistas, menciona também nesta monografia a Constituição Federal de 1988 em que foi criado o sistema de seguridade social, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Norma Operacional Básica (NOB) 2004 e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O início do Serviço Social no século XIX passa por desafios e tendências:

Na análise que se constrói, vinculada ao trabalho e ao mercado de trabalho do Serviço Social - como uma das especializações do trabalho coletivo, a partir da divisão social e técnica do trabalho -, um primeiro ponto introdutório a ser destacado é que, de forma geral, é predominante a indicação de que essa profissão sofre os processos gerais de precarização do trabalho, de suas condições e relações no cenário atual. Seus vínculos trabalhistas são, muitas vezes, precários, e as exigências institucionais são crescentes, desafiando o profissional a *não* ser crítico, propositivo e criativo (MORAES, 2016, S/p).

Sobre essa questão, as transformações no mercado de trabalho fazem com que o profissional de Serviço Social se sinta inseguro sobre futuro em relação aos espaços sócio-ocupacional.

Assim, o assistente social depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado, tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo. Nesses processos, vê sua relativa autonomia ameaçada, em que se coloca em questão, sobretudo, a dimensão intelectual do trabalho profissional na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social (MORAES, 2016, S/p).

Com isso, o assistente social enfrenta muito desafios, dilemas e discussões, ressaltando que é importante que não se deixe de ser crítico e criativo, pois, o tradicionalismo é uma das barreiras que impedem de lutar por melhorias para os profissionais.

Parte-se, assim, da compreensão de que o Serviço Social do século XXI tem o desafio de construir a análise macrosocietária do mercado de trabalho e das condições de trabalho e suas implicações para o trabalho profissional assalariado, mas defende-se que, complementar a tais estudos, é necessária a análise institucional (MORAES, 2016, S/p).

Por conseguinte, segundo:

Sampaio e Oliveira (2014), apud MORAES, 2016, s/p. as instituições, como um fenômeno não natural, resultado das relações de classe e dos embates delas decorrentes, requerem reflexão a respeito de sua existência e seus efeitos específicos em seu interior e em relação à sociedade capitalista. Assim, para o entendimento da profissão e da problematização de possíveis estratégias profissionais, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, também é necessário analisar as instituições em que ela é exercida.

Falando-se, sobre os espaços sócio-ocupacionais, menciono que a área da educação nas escolas tem sido um campo em que o assistente social tem ganhado espaço, podendo expandir os direitos e abrir oportunidades para a divulgação e efetivação das políticas públicas e inclusão.

A escola é importante para o crescimento do ser humano na sociedade, no entanto é preciso conhecer a realidade social dos alunos (âmbito familiar), porque a inserção da família tem como objetivo fortalecer os vínculos. Desse modo, outro ponto importante é resgatar os valores sociais, porém, para isso o senso crítico deve ser desenvolvido mediante a realidade em que está inserido na sociedade. Outro fator, é que a escola tem presenciado um novo cenário “inclusão” onde o espaço educacional precisar alcançar os alunos e atender cada com sua especificidade.

O Serviço Social é considerado fundamental na educação, visto que o assistente social está mais próximo dos alunos, ele cria planejamento para realizar ações que possibilitam transformar a educação em formação da cidadania, realiza a emancipação dos sujeitos sociais e a inclusão social. Contribui atuando em equipes interdisciplinares em um grupo com vários profissionais e diferentes olhares que cooperam para o trabalho com a questão social (ALVES,2005).

Portanto, o assistente social vai orientar as famílias, ser o articulador entre família, escola e aluno estabelecendo confiança e à proximidade da escola com o aluno e sua realidade, também intervir e apresentar alternativas para que as problemáticas venham ser resolvidas.

2.2 O diversos conceitos da pessoa com deficiência no Brasil e a busca por uma definição menos ofensiva.

Notamos a partir de uma análise histórica segundo que havia uma delimitação conceitual a respeito da pessoa com deficiência não havia uma definição exata, passando por vários conceitos em nossa sociedade e no mundo, sejam elas boas, ruins, excluídos, dependia do contexto histórico, social em cada época no país. Passando por várias alterações em seus conceitos, essas mudanças foram significativas, no entanto, havia uma busca em um termo que se encaixasse corretamente de acordo com ordenamento constitucional brasileiro. (GRANJO, 2021)

Através de estudos bibliográficos vemos que na sociedade egípcia a deficiência no país era tratada de forma mais leve, não excluía o deficiente ou o condenava. Eles tratavam com caridade e tinham prontidão em ajudar, se preocupavam davam oportunidade de trabalho até mesmo com cargos importantes, havia igualdade para com todos.

Com os gregos era oposto para eles a condição física era importante por causa das guerras, grandes construções, esforço físico, competições em jogos olímpicos, dessa forma o corpo era muito valorizado e precisava estar em bom estado.

Por isso, que os deficientes não eram aceitos pela sociedade grega, para eles os deficientes ainda crianças deveriam ser eliminados e o, mas impressionante do que essa concepção de eliminação eram como esses conceitos preconceituosos eram mencionados e defendidos por muitos, de uma forma natural e convincente, inclusive essa ideologia era defendida por grandes filósofos, como Platão e Aristóteles (CORRENT, 2016, S/p).

Prosseguindo, na sociedade romana havia o preconceito e discriminação com a criança que nascia com qualquer tipo de deficiência, independente de quem era rico ou pobre. Os pais tinham autorização para sacrificar o filho que nasce com alguma deformação e quando essas pessoas sobreviviam era somente por interesse comercial.

No Brasil a história do deficiente se inicia na cultura indígena quando a criança nascia com a deficiência era um castigo divino por consequência era morta, no entanto mediante ao contexto histórico de um modo geral compreendemos que o deficiente não teve direito a vida, o sacrifício deles eram como fossem acabar com algum ruim, a sociedade não os aceitava. De outro modo, a sociedade também teve seu papel porque foram “omissos” com a situação agindo com atitudes preconceituosas e discriminação achando como se tudo fosse normal. (CORRENT, 2016, S/p).

Segundo Corrent (2016, S/p):

O que se percebe é que a humanidade infelizmente sempre expôs a sua discriminação, como a sua contestação a todos que fugirem dos padrões por eles estabelecidos como correto e pior que a maioria passou a aceitar e a defender essa ideia como se fosse algo eficaz, mesma que ela ferisse, discriminasse, ou até eliminasse os outros seres humanos. E infelizmente dentro dessa concepção é que os deficientes passaram a ser enquadrada, desde as primeiras sociedades, civilizações, a humanidade se fez preconceituosa e pior se achava no direito de eliminar a todos que não consistir em ser considerados perfeitos, não tiverem as mesmas culturas, não se apropriasse de suas concepções, como se as pessoas que não fossem iguais, ou não agissem da mesma maneira tivesse que ser excluídas.

Na antiguidade e durante a idade média não se tinha a chamada "intolerância", a sociedade não compreendia e nem discutia sobre o preconceito e a discriminação. Porém, na era do Renascimento surgiu um movimento chamado humanismo que passa a incluir o deficiente. As pesquisas realizadas pelos renascentistas pelas palavras de GRANJO,2021 conseguiram respostas positivas na: área da reabilitação física, a importância de mostrar que o portador com deficiência é capaz e possibilitar o acesso aos seus direitos.

Em meados do século XIX surgem as primeiras políticas públicas que buscavam garantir os direitos da pessoa em vulnerabilidade seja social ou econômica. No entanto, mesmo com os avanços ainda enxergávamos na sociedade o atendimento ao portador de deficiência ainda falho, o deficiente passava por constrangimento do preconceito e discriminação. Após a fase intolerante vemos um período chamado de " fase assistencialista" que tinha por objetivo dar assistência e auxílio ao portador de deficiência que tinha limitações.

No século XIX foi enfatizado o conceito médico de deficiência, que buscava mostrar para a sociedade que o problema da deficiência não era acometido por ato religioso ou consequência de um pecado, através de pesquisas científicas eles conseguem adquirir resultados que mostram que o fator da deficiência pode estar ligado ao fator social/metal ou intelectual (GRANJO, 2021, p. 24).

Como prescrito:

ART. 1 pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (RIZZO,2008, S/p).

Nesse contexto, entendemos o conceito de deficiência e que o ambiente pode ser um problema para a socialização do indivíduo que possua algum tipo de deficiência, podendo ser uma barreira para a inclusão.

A deficiência nos termos convencionais, deixa de ser algo ínsito a pessoa que a porta para se apresentar como um autêntico problema ambiental, ou seja, como um problema social. A deficiência só existe porque o ambiente é composto de barreiras que impedem seus portadores de serem incluídos ao restante da sociedade' (GRANJO,2021, p.25).

Considerando a importância desses paradigmas a serem desconstruídos, o preconceito e a falta de inclusão social, conseqüentemente impedem o deficiente de se socializar, alcançar seus direitos, exercer a cidadania.

Neste sentido, apoiamos nossas análises na discussão trazida por Sasaki (2009), o qual sinaliza a inclusão como um paradigma, ou seja, "é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações" (SASSAKI,2009, p.1).

O autor também ressalta que conhecendo o conceito médico entendemos que se discute muito sobre o portador, mas não é citado as limitações ambientais que exclui o deficiente socialmente.

Pois, à medida que a ciência avançava suas pesquisas e o tempo passava assim se criava uma nova forma de vê-los, contudo infelizmente o maior conceito que ainda permanece mesmo que submerso é o preconceito, mesmo com os avanços científicos o esclarecimento e a compreensão da deficiência como um aparato normal da natureza humana em alguns casos, não o foi suficiente para romper com o preconceito (CORRENT, 2016, S/p).

Em nosso país o direito da pessoa com deficiência não tinha tanta ênfase para sua efetivação, tanto que seus termos usados eram bem ruins para conceituar a PcD, ainda sendo falho e com atraso para reconhecer a potencialidade da PcD.

De acordo com o texto de GRANJO, 2021 o direito da pessoa com deficiência no Brasil, não era dada tanta importância para seus termos usados, como por exemplo: necessitados/ enfermos (Decreto n.5/ 1889), mutilados/ paráliticos (Decreto - Lei n.4818 / 1978) e deficientes (Emenda Constitucional n 12/1978). Perante isso, vemos o quanto o Brasil demorou para perceber que a pessoa com deficiência podia fazer parte da sociedade e mesmo com suas limitações eles eram capazes.

Por esses motivos, foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em concordância:

O Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” é esperado que esses direitos de fato sejam garantidos.

Mas, na realidade nem sempre é assim, atualmente é muito discutido sobre a educação inclusiva, no entanto, é um processo bem delicado, pois os professores precisam passar por um treinamento para que cada aluno seja atendido com sua especificidade, precisa-se de monitores, que a escola em um todo passe por processo de reestruturação para que a pessoa com deficiência seja incluída.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Vale aqui salientar sobre a dificuldade que uma pessoa com deficiência tem em nossa sociedade porque até os 18 anos perante a lei eles tem que ser aceitos na escola. Dentre tanto, é o momento em que a uma busca no mercado de trabalho, as

empresas acima de 100 funcionários têm que ter uma vaga para pessoa com deficiência.

Outrora, há uma falsa inclusão, porque essas pessoas quando empregadas muita das vezes não tem o auxílio que precisam, tem empresas que preferem contratar pessoas que não sejam tão limitadas para não ter que colocar alguém junto. E as contratações que acontecem são obrigatórias em sua maioria são somente para ocupar um lugar uma vaga contar como o número.

Muitos desses que não conseguem emprego ficam em casa com a família com seu desenvolvimento parado, nem toda cidade tem um local específico com atendimento com a atenção voltada para a pessoa com deficiência como a APAE que tem programas e projetos voltados para PCD.

Como mencionado acima a sociedade dificulta o convívio social, por não conhecer a capacidade da pessoa com deficiência, agindo com o preconceito e discriminação, por consequência dificultado a socialização do indivíduo ocasionando a exclusão social.

Ao analisar os problemas com os quais se defrontam a pessoa com deficiência e seus familiares, num mundo em aceleradas transformações, imediatamente nos reportamos aos estereótipos existentes em nossa sociedade e, que "[...] para tanto, estamos todos assistentes sociais e outros profissionais tentando nos integrar em uma mesma tarefa: melhorar o homem de amanhã" (KRYNSKI, 1984, p. 5).

2.3 Quais leis que garantem o direito da pessoa com deficiência.

Embora hoje exista várias leis que garantem o direito da pessoa com deficiência, a humanidade passou por uma evolução adquirindo um maior conhecimento sobre a pessoa com deficiência, não foi algo fácil desafios e dificuldades foram enfrentadas ao longo da história. Mesmo assim, ainda vemos que o preconceito ainda permanece em nossa sociedade, é como uma semente que foi cultivada e permanece até a atualidade.

Anos, séculos se passaram, gerações se foram, sociedades terminaram, outras se formaram, mas o preconceito parece que criou raízes, porque independente da cultura ou religião, raça, sexualidade a sempre aqueles que vão se considerar superiores e aos demais e vão promover o preconceito, a discriminação e isso parecem que vai passando de geração para geração (CORRENT, 2016, S/p).

No entanto, muitas pessoas ainda tratam a PcD com falta de respeito e discriminação, não conseguem tratá-las como um ser humano normal.

Essa concepção só vai mudar com as leis garantindo os direitos das pessoas com deficiências, mas as leis infelizmente não acabam com ignorância das pessoas que olham, julgam os deficientes, como pessoas, incapacitados, “coitados”, sendo que essa concepção é completamente incoerente, equivocada e errada, porque eles não são incapacitados e nem coitados, eles têm capacidade para levar uma vida normal dentro de suas limitações, que não deixam de serem felizes de alcançarem o sucesso. Pois, assim com eles, todos os seus humanos, tem suas dificuldades e superações. [...] (CORRENT, 2016, S/p).

Por isso, após anos o PcD ter passado por um processo de exclusão pela sociedade, foi visto a necessidade de criar leis buscando melhoria na qualidade de vida.

Segundo Corrent (2016, s/p):

Podemos dizer que por muitas gerações as pessoas com deficiências foram consideradas como fracassadas, inúteis ou foram ignorados pela sociedade até se obter a concepção de inclusão. Mas, para isso necessitou-se a elaboração de leis, fazendo com que as pessoas aprendam a respeitar e aceitar as diferenças. Pois, a deficiência foi vista por muitos como incapazes de fazerem parte da sociedade, por isso, tratavam a internação como uma solução. [...], Mas, foi posterior a segunda guerra mundial que começou de fato a grande preocupação quanto à deficiência[...] enorme quantidade de pessoas feridas, pessoas que passaram a serem deficientes devidos os confrontos. Tudo isso fez com surgisse a preocupação da sociedade com os direitos dessas pessoas que não eram deficientes e passaram a ser, pois se tratava de uma grande a quantidade de ocorrências que variava desde o mental ao físico.

O primeiro instrumento legal é a Constituição Federal de 1988, que em seu título dois estabelece direitos e garantias fundamentais e neles os direitos e deveres fundamentais que dizem que são objetivos do Brasil promover o bem de todos, sem

preconceitos ou qualquer outra forma de discriminação o que visa garantir também à pessoa com deficiência o direito de ser tratada sem discriminação.

Como também descrito na Lei 13.146/2015:

Art. 1 É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Dando sequência, para uma maior atenção e cuidado a pessoa com deficiência, leis federais também são criadas e registrada, explicadas de forma clara para que sejam cumpridas o direito a educação, saúde, transporte, cultura, lazer e toda assistência que a PcD precisa e que venham ser garantidas.

Por exemplo, a Lei 8.899 criada em 29 junho de 1994 que concede a PcD o passe livre como explícito no atr. 46. Desta forma, não deve ser cobrada nenhum valor na passagem, sendo de responsabilidade do poder público e as empresas de transporte verificar e fiscalizar se os veículos (ônibus, van e outros) são acessíveis e estão de fácil acesso a todos como mencionado pela Secretaria de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará, 2018.

Mencionamos, que não é só no transporte que se precisar que esteja acessível, a comunicação também é muito importante. Por isso, no dia 24 de abril de 2002, foi instituído a lei 10.436 a Língua Brasileira de Sinais - Libras uma lei que para comunidade surda é necessária para um meio de comunicação. É importante que haja um intérprete e pessoas capacitadas no ambiente escolar, trabalho, apresentações, etc., para que o PCD seja compreendido e se sinta incluso socialmente.

Segundo SEN (2000, p.10):

Quando as pessoas não se sentem inseridas na sociedade de maneira enfática, elas se retratem, dificultando sua sociabilidade, sentindo - se inferior dentro da mesma. O sentimento que cultivam é o de impotência, prisão, subalternidade e insignificância, exercendo papel de meros coadjuvantes, quando na realidade, deveria ser o de protagonistas. Assim sendo: " O desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.

As pessoas não conseguem tratar a PCD como um ser humano normal que tem suas potencialidades e pode se desenvolver mesmo com suas limitações. Sabemos que o trabalho dignifica o homem, no entanto o mercado de trabalho é uma oportunidade e um espaço para que a pessoa com deficiência se sinta incluso e mostre suas capacidades. A lei 8.213/91 a chamada lei de cotas, tem por finalidade as empresas que tiver 100 funcionários ou mais tem que dessas vagas de acordo com a porcentagem de funcionários, destinar algumas a PCD.

A educação é um direito de todos então as famílias das PCD's devem matriculá-las e as escolas tem que aceitá-las, dando o suporte necessário que elas precisam sendo garantidas como escrito na Lei 7853/89 e Lei 9394/96. Neste parâmetro as leis que as garantem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961- lei n 4024, ECA lei n 8.069 no artigo 55 e a Política Nacional de Educação Especial criada em 1994.

Na saúde a pessoa com deficiência como todos tem o direito à saúde básica ou de maior complexidade, os profissionais devem tratá-los de maneira igual sem nenhuma discriminação, sendo específico se necessário de acordo com cada deficiência, seja no SUS ou setor privado.

É esperando de fato que para que aconteça o momento de cultura no lazer, os espaços estejam identificados e de fácil acesso, para que a pessoa com deficiência consiga se divertir e socializar. No esporte, hoje os PCDs têm a oportunidade de mostrar suas habilidades, mesmo com as diferenças mostram suas capacidades, no dia 08 de maio é comemorado o Dia Nacional Do Atleta Paraolímpico.

No país a pessoa com deficiência tem a assistência também financeira, que é o LOAS (Lei Orgânica da Assistência social) que dá o direito de receber um salário mínimo a PcD que não tem condições de trabalhar e conseguir seu sustento.

Evidentemente, ter os direitos assegurados por lei não garante o seu cumprimento em todas as instâncias, e por esse motivo os movimentos sociais de pessoas com deficiência são essenciais para garantir a consolidação e a ampliação desses direitos

CAPÍTULO 2

3. A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS: A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL.

3.1 O surgimento da APAE no Brasil e sua criação no município de Três Rios-RJ.

Ao observarmos o processo histórico em meados da década de 50 na sociedade brasileira vemos um cenário difícil, mediante a negligência na prestação dos serviços essenciais, em que os serviços essenciais da sociedade eram precários como; por exemplo o acesso à educação e saúde. Para as pessoas que tinham algum tipo de deficiência tudo tornava mais dificultoso por ser desconhecido as suas potencialidades. Desse modo surge o movimento pioneiro na cidade do Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1954 com o objetivo de dar assistência médica terapêutica as pessoas com deficientes.

Por conseguinte, segundo APAEES, org.p.4 e MARTINS,2022, p.12 chega ao Brasil um casal chamado Beatrice e George diplomatas vindos dos Estados Unidos que de um certo modo se sentiam deslocados, pois não havia nenhuma instituição voltada com atendimento para pessoa com deficiência, eles tinham um filho com síndrome de Down e buscavam um lugar que tivesse um atendimento especializado para seu filho. Por conseguinte, surge um sentimento de luta pela causa deficiente o casal se junta aos pais e amigos de pessoas com deficiência, com isso nasce a primeira Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais- APAE em março de 1955.

De acordo APAEES, s/d.p.5 e MARTINS (2022, p.13) APAE teve apoio da sociedade Pestalozzi que cedeu um espaço para que as primeiras atividades fossem realizadas, atividades essas pedagógicas, assim obtendo um grande avanço com duas turmas de 20 crianças, APAE se ampliou para outras cidades chegando até o interior, no meado dos anos 1954 a 1962 com 16 APAES que foram criadas em todo o Brasil.

No ano de 1962 foi fundada a federação nacional das APAES- FENAPAE no estado de São Paulo no consultório do Dr. Estanislau Kinski, tendo sua sede própria em 1964 no Rio de Janeiro e depois sendo localizada no Distrito Federal- Brasília.

A FENAPAES - Federação Nacional das Apaes é uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional. A missão institucional é de promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários (OLIVEIRA, 2012, p. 51).

Dessa maneira, o movimento apaiano foi importante em nosso país e principalmente na vida da pessoa com deficiência, assim sendo uma instituição que busca pela defesa dos direitos, cidadania, dando toda orientação necessária e a assistência as famílias, presando sempre a melhoria na qualidade de vida e inclusão social.

No ano de 1985 é criada a APAE no município de Três Rios que surgir através de uma necessidade que as famílias viam, por não haver nenhum local que atendesse seu familiar que tinha algum tipo de deficiência, com pessoas especializadas para melhor atendê-los, sua maior busca era de um lugar voltado para educação inclusiva (LIMA, ROSA & SOARES,2021).

No entanto é criada a escola Rosa Azul uma iniciativa que teve grande apoio da comunidade, ao decorrer do tempo a escola obteve um grande avanço assim trazendo efeitos significativos para a vida dos deficientes, dessa forma surge a necessidade de aumentar os serviços que eram oferecidos pensando na melhor qualidade no atendimento aos assistidos.Com 36 anos de existência APAE é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos que até hoje é mantida por doações, buscando garantir os direitos de cada usuário e a inclusão social (LIMA;ROSA & SOARES,2021, p.2).

A instituição presta atendimento, realiza e;

Desenvolve vários programas e projetos com o objetivo de proporcionar ao deficiente e o seu grupo familiar uma vida mais digna. A população atendida é composta por: crianças e adolescentes, jovens e adultos deficientes físicos, mentais e com transtornos psíquicos diversos, na sua maioria pertencente às famílias de baixa renda e/ou situação de vulnerabilidade social. Atualmente presta 796 atendimentos mensais individuais ou em grupos nos diversos programas e projetos nas áreas da educação, saúde e assistência social, [...] (LIMA, ROSA & SOARES, 2021, p.2).

Na APAE sede a educação acontece na escola Rosa Azul que trabalha com uma atenção voltada para cada aluno de acordo com sua necessidade buscando se desenvolver através da educação.

Desse modo, a saúde na Sede é realizada com atendimentos com 1 psicólogo, 1 fonoaudióloga, 1 fisioterapeuta e a assistência social é realizada com a profissional de Serviço social, que orienta as famílias e é feita atividades para desenvolvimento da autonomia com atividade manuais, para as mães que se interessam. O Polo que fica no bairro Ponte das Garças acontece a realização na saúde- Equoterapia que é um tratamento realizado no cavalo juntamente com uma equipe interdisciplinar a assistência social – Com atendimento as famílias e o Projeto Juventude Especial (LIMA, ROSA & SOARES, 2021).

“A população atendida é composta por: crianças, adolescentes, jovens e adultos deficientes físicos, mentais e com transtornos psíquicos diversos e seu grupo familiar, na sua maioria de baixa renda e/ou situação de vulnerabilidade social ” (LIMA; SOARES; 2022, p.4).

Os atendimentos prestados se estendem aos municípios vizinhos como Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Chiador e Santana do Deserto.

Os municípios da Região, como outros municípios do Brasil ainda sofrem com um percentual significativo de família em vulnerabilidade social. Essas famílias vivem em um contexto social onde violência, fome, desqualificação profissional e desemprego apresentam com bastante frequência. É muito comum com o nascimento da criança deficiente os pais abandonam a família transformando-a em família monoparental, tendo como pilar a mulher (LIMA; SOARES; 2022, p.4).

As políticas públicas voltadas para instituição são de atender as demandas do grupo de maneira melhor possível, assim reunindo e criando estratégias para a defesa dos direitos, auxiliando as famílias, orientando e sempre buscando trazer melhor qualidade para pessoa deficiente e as famílias em vulnerabilidade social.

Através do estágio supervisionado foi observado que na instituição possui dois polos que são chamados de APAE sede e o polo que fica no bairro Ponte das Garças que não fazem somente os atendimentos dos assistidos, mas também atendem as famílias. O polo chamado sede é um imóvel próprio é adaptado para os atendimentos voltados as pessoas com deficiência, sua estrutura obtém toda assistência que eles precisam sua estrutura são de: Andar térreo: 6 salas de aula, 3 salas para atendimento clínico, 2 salas para escritório, 1 banheiro funcionário, 2 banheiros adaptados, 1 refeitório, 1 sala para guardar material de limpeza, 1 área de serviço com tanque, 1 palco, 1 almoxarifado para material de limpeza, 1 pátio interno. 2º andar: 3 salas para serviço administrativo, 1 sala para telemarketing, 2 banheiros para funcionários. 3º andar: 1 banheiro, 1 sala de atelier das mães, 1 sala de almoxarifado para equipamentos eletrônicos, 1 área externa com tanque.

O Polo que fica no bairro Ponte das Garças está localizado em um local de fácil acesso, espaço amplo que tem: 1 sala para as mães, 1 sala para escritório, 1 sala para atividades individuais e em grupo, 1 recanto espaço aberto para atividades individuais e de grupo, 2 salas para atendimento clínico, 1 banheiro adaptado, 1 banheiro para funcionário, 1 cozinha, 1 despensa, 1 refeitório aberto, 1 picadeiro para atividades da equoterapia, 1 piscina, 4 baias cobertas, 1 área descoberta para animais.

APAE é composta por: Presidente, vice-presidente, diretor secretário, diretor financeiro, diretor de patrimônio, diretor social, coordenador administrativo, assistente financeiro, assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, professores, orientados social, cuidador social, cozinheira, auxiliar de serviços gerais, motoristas.

Segundo os autores LIMA; ROSA & SOARES, 2021 para melhor atendê-los a instituição desenvolve programas e projetos na área da saúde, educação e assistência social. Logo, alguns programas foram criados com objetivo para que se

desenvolva autonomia e suas potencialidades, aconteça a inclusão social e haja a diminuição da sobrecarga dos responsáveis dos assistidos.

Dando sequência, há um projeto importante dentro da instituição chamado de Projeto Juventude Especial, que é voltado para jovens e adultos acima de 18 anos que saíram da escola e não tem características para trabalho diário.

Este projeto propício a integração social através de atividades voltadas para a cultura e para a arte, atividades recreativas, esportivas de lazer e cidadania, por entremeio de orientadores sociais de maneira que possam continuar a desenvolver suas habilidades motoras, intelectuais, sociais promovendo a sua autonomia, a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida destas pessoas. Esse projeto oferece aos usuários oportunidades de exprimir seus desejos e opiniões, dando - lhe voz, permitindo que suas críticas e opiniões sejam ouvidas e respeitadas. Oportuniza também, o reconhecimento dos seus potenciais, a aceitação e a valorização da diversidade tanto no âmbito social como familiar por meio das atividades sociais propostas (LIMA; ROSA & SOARES, 2021, p.7).

Seguindo, o projeto juventude busca fortalecer o vínculo familiar, realiza passeio, atividades culturais e lazer para aumento da sociabilidade dos usuários e há encontros com as famílias para aumentar o fortalecimento dos vínculos e diminuir as barreiras entre eles.

Dentro do Projeto Juventude Especial criado em 2021 também há realização de outros projetos, como Raízes e Asas: PROJETO I que de acordo com os autores tem por objetivo, promover a autonomia, haver a qualidade de vida ocorrendo a inclusão social nas atividades, trabalhar a independência, mostra a suas responsabilidades, diminuir a sobrecarga do familiar responsável e fortalecer o vínculo familiar. É esperado que através desse projeto que os jovens realizem suas tarefas sozinhas sem seus responsáveis.

Projeto II é o Arte e Conscientização que também desenvolve a autonomia e busca a qualidade de vida da pessoa com deficiência, e trabalha as ações afirmativas com objetivo de superar os fatores sobre a violação dos direitos, fortalecimento do vínculo familiar, socialização, empoderamento, promover conhecimento e atividades culturais.

Projeto III que é chamado de Dança Comigo que estimula as habilidades motoras e cognitivas, promover a inclusão social. Para que o assistido reconheça o potencial que tem como ser pessoa e ser humano e que faz parte da sociedade.

O último é Projeto IV Risco e Rabiscos que desenvolve atividade para as habilidades manuais da pessoa com deficiência, através de vários trabalhos que expressam atividade artística como pinturas, artes de sucata, e customização e a fortalecimento familiar. Tem por finalidade, através da pintura, o usuário se socialize e veja que seu trabalho é importante, e se sintam felizes ao ver seu potencial nos trabalhos feitos.

Logo, para que aconteça os atendimentos encaminhados para saúde, educação e assistência, o responsável pelo usuário deve marcar com a recepcionista uma entrevista social com a assistente social da instituição. Através dessa entrevista a assistente social vai conversar com o responsável, realizar o relatório social e o parecer social.

Vale frisar, que a APAE é uma instituição 100% gratuita e a fila de espera é bem grande, as pessoas são atendidas independente de sua renda, porém a prioridade para atendimento é de acordo com a maior necessidade de cada usuário. Para a equoterapia há uma outra entrevista com uma equipe de multiprofissionais fisioterapeutas, fonoaudiólogo e psicólogo para saber se o assistido tem o perfil de Equoterapia.

Segundo Rosa (2022) A instituição realiza a eleição dos autodefensores, a autodefensoria é um progresso realizado pelas APAES buscando ampliar a participação e representação da pessoa com deficiência, na gestão institucional e formação de habilidades, autonomia e cidadania. Podem participar 2 autodefensores 1 um homem e 1 mulher e 2 suplentes 1 homem e 1 mulher com 3 anos de mandato. Os requisitos para participar precisa estar matriculado, ser maior de 16 anos, ser um PcD intelectual ou múltipla. Um dos requisitos importantes é ser responsável, saber ouvir os colegas e outros. Defender os direitos da PcD, participar das reuniões, participar das festividades promovidas pelo movimento apaeano. Antes das votações os candidatos tem espaço para se apresentarem e pedirem voto, caso haja empate o candidato matriculado a mais tempo ganha.

Mais do que somente uma associação, a Apae também se configura como um movimento social que luta em prol dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla. A dinamicidade e a adaptabilidade da instituição durante os seus anos de existência vêm mantendo o seu reconhecimento social como uma organização essencial para a assistência social e a busca de defesa de direitos por meio do amplo atendimento estabelecido (MARTINS, 2021, p.14).

De acordo com o site da Federação Nacional da APAES no Brasil, há 67 anos a instituição presta assistência gratuita e luta pelos direitos da pessoa com deficiência, com mais de 1 milhão e 300 mil pessoas que precisam dos seus atendimentos.

3.2 A importância do assistente social na instituição e o trabalho que é realizado.

Em conformidade com Vasconcelos (2017) o terceiro setor surgiu entre os séculos XV e XII com efeitos dos movimentos sociais e organizações não governamentais, para resolver uma dicotomia que havia entre o público e privado, em que o primeiro setor é o Estado que é o público que utiliza os bens públicos para feitos públicos e o segundo setor é o privado que tem por objetivo em beneficiar e lucrar.

Mediante a desresponsabilização do Estado e com a sociedade civil frente à " questão social" notamos a privatização do Estado, o enfraquecimento das políticas sociais, a redução de gastos públicos, as políticas econômicas com impactos negativos diante das condições estruturais da produção e do mercado de trabalho, legitimando assim, a lógica neoliberal. Desse modo, o trabalho executado por entidades do Terceiro Setor é transferido para a população sob a ótica de ajuda e solidariedade, o que vai de encontro à concepção da conquista e consolidação de direitos sociais (VASCONCELOS, 2017, p.28).

Mediante a isto, com as palavras de Vasconcelos as ONGs têm um papel importante e está em um lugar de destaque em busca pelo enfrentamento dos problemas sociais, que advém do capital. Sinalizando que, também traz novos espaços ocupacionais para novas profissões, como a do Serviço Social, que nos anos 90 passou a cobrar do assistente social novas estratégias e competências.

O Assistente Social, tendo por objetivo de intervenção as diversas expressões da "questão social" e, sendo um profissional inscrito na divisão sociotécnica do trabalho num campo tensionado pelas relações estabelecidas entre capital versus trabalho (onde a questão social se centraliza) está exposto a sofrer com os reflexos da privatização e da transferência das políticas sociais para as ONGs em resposta à redução do Estado (VASCONCELOS,2017, p.29).

Dessa forma, o Serviço Social como uma profissão regulamentada e com o Código de Ética a sua atuação na APAE será fundamental, pautada em suas atribuições e competências como escrito no Artigo 2º.

a-Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais (BRASIL,2012, p.26).

Ao acompanhar a supervisora durante o estágio foi observado que a assistente social também é importante no atendimento e orientação as famílias e os responsáveis quanto aos seus direitos, apoio e suporte mediante a necessidade de cada um. O profissional juntamente com uma equipe multidisciplinar cria projetos e programas para realizar com os usuários, com objetivo de ter a inclusão, haver melhoria na qualidade de vida, convívio social, assim sempre pensando no seu bem estar e relacionamento familiar.

A profissional realiza atividades de apoio e orientação sociofamiliar mediante acolhida, escuta, estudo social, acesso a informação e orientação, articulação intersetorial, encaminhamento para benefícios (Benefício de Prestação Continuada - BPC, Passe Livre, Pensão Especial, etc.), entre outros. Um dos objetivos desse 36 serviço é prevenir agravos que possam desencadear rompimentos de vínculos familiares e sociais, assegurando a convivência familiar e comunitária. Os instrumentos de trabalho são os inerentes às atividades da área, tais como visitas domiciliares e institucionais, abordagens individuais e grupais, elaboração de relatórios, plano de atendimento familiar, registros em prontuários, encaminhamentos monitorados, entre outros (MARTINS,2021, p.36).

Assim, completando que:

A ação do assistente social, junto às pessoas com deficiência e suas famílias, se dá por meio de estudo diagnóstico e das abordagens psicossocial das famílias cujos filhos estejam em atendimento. O estudo psicossocial da família é realizado através de entrevista e visitas domiciliares com os pais ou responsáveis através do qual se procura conhecer a relação família usuário para se chegar um diagnóstico sobre a interação familiar. É na família que o indivíduo aprende a interagir com os outros. Para uma melhor compreensão da família, no momento da entrevista, busca-se conhecer um pouco a sua origem, a formação e como se interagem. São dados que podem explicar os vários tipos de reações frente ao problema (OLIVEIRA,2012, p.56).

A atual assistente social está na instituição já a 4 anos a profissional de Serviço Social dentro da APAE também trabalha com outras questões burocráticas da instituição. A assistente social na APAE sede as terças-feiras realizando as entrevistas e os outros dias da semana fica no Polo dando assistência necessária as famílias e os assistidos, relatando e participando do Projeto Juventude Especial. Sua relevância dentro da instituição será fundamental com suas competências e atribuições, fazendo os relatórios diários, relatório mensal, estudo de caso trimestral com a equipe do Projeto Juventude Especial, realizar estudo de caso, orientar sobre os direitos e benefícios, prestar atendimento individual e em grupo, fazer encaminhamento quando necessário, estar sempre realizando discussão de caso com a equipe multidisciplinar.

Tratando-se da assistência social como escrito no estatuto da APAE Cap I, 2º, a APAE do município de Três Rios é uma instituição filantrópica, com a atenção voltada para a área da assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esportes, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada. Logo, o Art.3º nos mostra que a APAE tem por objetivo promover e buscar a defesa dos direitos e prevenção, orientar, prestar serviços e suporte as famílias, sempre buscando a melhoria na qualidade de vida da PcD e criar uma sociedade justa e solidária (LIMA, ROSA & SOARES,2021).

Na APAE a assistente social em sua atuação no dia-a-dia ela é quem vai ter o primeiro contato com as famílias através da entrevista social com os responsáveis para matrícula de novos assistidos para atendimento na instituição, a realização de visita domiciliares para conhecer o ambiente familiar situação socioeconômica dando

o suporte necessário as famílias, realizar relatórios sociais, pareceres sociais, encaminhamento caso necessário, com estratégias criar projetos e busca meios para responder as demandas e resolver as problemáticas apresentadas.

Não são poucos os problemas sociais pelos quais o profissional de Serviço Social se depara no seu dia a dia, buscando transformá-los, ainda que para amenizá-los sabemos que estes não dependem de soluções democráticas ou recursos específicos, e sim de relação profissional, baseado em ações interventivas, visando à população envolvida, buscando novas formas de enfrentamento e uma melhor qualidade de vida (OLIVEIRA,2012, p.56).

Dessarte, a profissional sempre faz o melhor que pode dentro da instituição, porém desafios são enfrentados, aparecem com as demandas no trabalho diário, pelo qual nem sempre é possível o profissional resolver e tendo que realizar o encaminhamento, problemas burocráticos, o reconhecimento do profissional que seu trabalho é fundamental. Um dos maiores desafios é materializar a inclusão dos nossos assistidos na sociedade na maioria das vezes eles são participantes, mas não incluindo totalmente na sociedade, ainda existe muita resistência em incluí-los e quando são incluídos ainda existe um estranhamento das pessoas em relação a eles.

Como assistente social da instituição tem o papel de não desistir tem que ser resistentes e insistentes.

Por exemplo, acompanhando há supervisora observei um momento em que uma empresa da cidade que obedecendo a lei existente queria empregar jovens do projeto juventude, no entanto, a assistente social questionou sobre as vagas, sobre horário de trabalho, sobre adaptações no local para pessoas com deficiência. Porque não adianta apenas emprega-los se a empresa não tem equidade para pessoas com deficiência. Esses questionamentos precisam ser feitos, para que fique claro que a vaga de emprego é lei e não benevolência.

De acordo com o documentos "Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social" elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social, seguem abaixo competências para o trabalho do assistente social: Realizar estudo sistemáticos em articulação com as equipes dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais; Contribuir para viabilizar a participação dos(a) usuários(a) no processo de elaboração e avaliação do plano político pedagógico; Viabilizar acesso aos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; Estimular a organização coletiva e orientar(as) os usuários(as) e trabalhadores(as) da política de Assistência Social a constituir entidades representativas; Instituir espaços coletivos de socialização de informações sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; Identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos;(CFESS, 2011)

Mediante ao exposto, a assistente social vai se pautar nos parâmetros apresentados e no código de ética da profissão, para que um bom trabalho seja feito é sempre importante buscar está se atualizando sobre os documentos da profissão para que em sua atuação esteja de acordo e seguindo cada especificidade no local de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que a profissão do Serviço Social no Brasil na década de 1930 tinha seu caráter conservador através da igreja católica, demorou um pouco para se legitimar e ser reconhecida na divisão social do trabalho. Ao longo do seu processo em suas conquistas foi necessário o profissional sair do tradicionalismo e neutralidade, teve que amadurecer teoricamente e se posicionar.

Logo, também foi dissertado que a profissão vem passando por desafios e mudanças, como as más condições de trabalho, baixos salários, sem reconhecimento, profissionais que se conformam com o tradicionalismo. Vale pensar, que mesmo com esses embates na profissão é esperado que o assistente social seja um profissional crítico que busque estratégias, planeje, crie assim como está no Projeto Ético Político, para que seja o começo de mudanças significativas para o Serviço Social.

Levando em consideração o que foi apresentado no decorrer do trabalho, a pessoa com deficiência desde sempre em vários países sofreu com preconceito e discriminação, a pessoa com deficiência não era tratada como um ser digno e apto a viver na sociedade como um ser humano igual a todos.

Pelos aspectos assim mencionadas, foi observado através de pesquisas que isso sempre foi algo pertencente a humanidade e que ainda está presente nos dias de hoje. Leis foram criadas como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e outras que buscaram e buscam a defesa e garantia dos direitos sociais, trabalho, educação, saúde, cultura e lazer.

Supracitando, que as leis criadas não dizem que de fato seja efetivo, a importância dos pais ou familiar lutar, buscar orientação e cobrar para que de fato o direito da PcD seja garantido. Muitos pais e responsáveis não conhecem sobre o direito da pessoa com deficiência, por isso foi esperado através desse trabalho discutir a importância do Serviço Social dentro da instituição APAE-Três Rios.

APAE Três Rios foi criada no município para atender as PcDs, porque na cidade não havia nem um local para atendê-los com as suas necessidades, no início seu objetivo era voltado para a educação inclusiva. Hoje atende área

também a áreas da saúde e assistência social. Através do trabalho foi perspectivel ver a importância da APAE no município e na vida dessas crianças, jovens e adultos, o principal objetivo foi falar da atuação do Serviço Social na instituição e seus desafios.

A assistente social da APAE é fundamental com suas competências e atribuições, pois, ela trabalha com as demandas impostadas no cotidiano tratando de acordo com cada especificidade e necessidade, realizando as entrevistas assim tendo o primeiro contato com as famílias com o seu olhar, orientando, dando todo suporte que precisa, as vezes fazendo tendo o desafio de resolver demandas que não a compete.

Dentre tanto, a assistente social na instituição fará parte da equipe multidisciplinar cada com sua especificidade, mas com um único objetivo atender cada PcD buscando a melhoria na qualidade de vida, inclusão social, a oportunidade de mostra suas potencialidades e se desenvolver através dos atendimentos.

Concluindo que, a experiência do estágio fez ver a profissão mais de perto de como é seu trabalho diário, com isso, foi observado uma profissão regulamentada e teoricamente estruturada em que o código de ética nos direciona e nos mostra o certo que devemos e não devemos fazer, ser um profissional crítico, reflexivo, mas sempre buscar alternativas que venham responder as problemáticas e demandas, e sempre lembrando que não vamos mudar o mundo, mas não se permitir aceitar que as demandas não tem respostas sem antes busca-las.

Referência

ALVES, Ilza Maria da Silva. **Desafios e possibilidades de atuação do assistente social: A área da educação como espaço sócio-ocupacional**. Universidade Federal de Uberlândia; 2005.

APAEES. Inclua-se: Conviver Com a Diversidade É Um Privilégio – A história das APAES. Disponível em: <https://www.apaees.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a-07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10°. ed. rev. a atual. - (Brasília): Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 p. Acesso em: 16 out.2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Programa Inclusão de Pessoas com Deficiência Presidência da República. Disponível em: [http://www4.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislacao#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.146%2C%20DE%206,Defici%C3%AAncia\)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias%20cita%C3%A7%C3%A3o](http://www4.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislacao#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.146%2C%20DE%206,Defici%C3%AAncia)%%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias%20cita%C3%A7%C3%A3o). Acesso: 24 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Cartilha CFESS. Brasília- DF, 2011.

CORRENT, Nikolas. Da antiguidade a contemporaneidade: A deficiência e a suas concepções. Artigo Educação Especial e Inclusão pela faculdade de educação. São Luis, 2016. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p.

Federação Nacional das APAES. APAE Brasil. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/>. Acesso em: 27 out.2022.

GRANJO, Guilherme Fraiha. **A assistência social a pessoa com deficiência e o novo paradigma constitucional: avanços ou retrocessos?** - Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**- São Paulo/SP: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica**/ Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho. - 19. ed - São Paulo: Cortez, 2006.

JANUÁRIO, Lohana Lemos; OLIVEIRA, Inaê Soares. **A" Virada do Serviço Social Brasileira, o novo projeto profissional e a centralidade da categoria pesquisa na formação profissional**. Artigo Fundamentos históricos e teórico- metodológicos. UFES. Vitória - ES. 2018. Disponível em:file:///D:/Download/ekeys,+A+%E2%80%9CVIRADA%E2%80%9D+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+BRASILEIRO,+O+NOVO+PROJETO+PROFISSIONAL+E+A+CENTRALIDADE.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

KRYNSHI, S. **Serviço Social na área da deficiência mental**. São Paulo: ALMED, 1984.

LIMA, Marilene; ROSA, Elisangela; SOARES, Leon; Projeto Técnico "Juventude Especial" - Proteção E Integração Social Especial Para Pessoas Com Deficiência. APAE- Três Rios, 2021.

MARTINS, Eliana Vitalina. **O impacto da pandemia de covid-19 nos atendimentos prestados pela assistente social na Apae de Garopaba-SC**. 2022. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional**. Artigos. Serv. Soc. Soc. (127). Sep- Dec 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mXcmbGVxMFzHYVMxKwZ9tDb/?lang=pt>. Acesso em: 21 de set. 2022.

OLIVEIRA, Cláudia Martins de. **A atuação do assistente social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/** - Natal, RN, 2012. 67f.

RICHTER, André. **Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência completa 30 anos**. Agencia Brasil, 2021.

SAMPAIO, S. S.; OLIVEIRA, R. de. **Análise institucional ontem e hoje: indicações pertinentes ao fazer profissional**. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 20, n. 2, p. 119-144, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Acesso em: 14 set. 2022.

Secretaria de acessibilidade. Lei Brasileira da Inclusão - Transportes. Universidade Federal do Ceará, 2018.

SEN, A. K. **O Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VASCONCELOS, Letícia Cavalcante de. O Serviço Social e pessoa com deficiência na APAE - CG: demandas e possibilidades do exercício profissional, 2017- p.41. Acesso em: 13 out. 2022.

ANEXO I- LOCALIZAÇÃO DA APAE SEDE NO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS

